



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Tucumã



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Tucumã (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



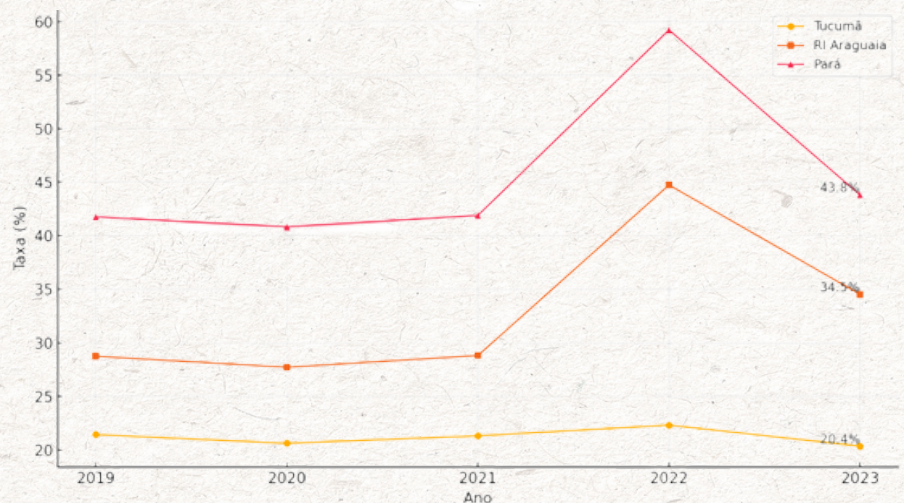
Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Tucumã, a taxa de pobreza manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente entre 21% e 22%. No entanto, em 2022, houve um pequeno aumento para cerca de 22,8%, seguido por uma redução em 2023, retornando a 20,4%, um patamar inferior ao de 2019. Este comportamento revela certa resiliência local diante dos choques econômicos mais recentes, como a pandemia, contrastando com as tendências mais acentuadas em níveis mais agregados (Gráfico 1).

Já na Região de Integração (RI) Araguaia, a taxa de pobreza apresentou trajetória semelhante até 2021, mas sofreu um forte aumento em 2022, saltando de 28,8% para 44,7%, reflexo provavelmente de uma conjuntura regional adversa nesse período. Em 2023, o indicador recuou para 34,5%, ainda acima dos níveis pré-2022, indicando que, apesar da recuperação parcial, a situação social permaneceu fragilizada em comparação aos anos anteriores (Gráfico 1).

No estado do Pará como um todo, o comportamento foi ainda mais expressivo, com uma elevação acentuada em 2022, alcançando 59,3% de taxa de pobreza, o que representa quase 60% da população em condição de pobreza. Em 2023, houve uma redução significativa para 43,8%, mas o nível permaneceu superior ao observado em 2019-2021. Isso indica que o estado sofreu impactos socioeconômicos severos e, embora tenha iniciado uma recuperação, os efeitos da crise ainda são perceptíveis. (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em relação ao município de Tucumã, o percentual das despesas públicas com serviços essenciais apresentou queda significativa de 66% em 2019 para 60,8% em 2020, sinalizando um possível redirecionamento de gastos ou dificuldades fiscais no primeiro ano da pandemia. A partir de 2021, houve uma recuperação para 65,3%, seguida de uma pequena redução em 2022 (64%) e leve incremento em 2023 (64,3%), sugerindo estabilização dos esforços locais em priorizar áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).

Na Região de Integração Araguaia, observou-se uma tendência de ligeira redução das despesas com serviços essenciais ao longo do período. De 64,6% em 2019, o índice caiu para 61,8% em 2020, e após um breve aumento para 62,2% em 2021, voltou a recuar para 61,8% em 2022 e finalmente para 61,0% em 2023. Essa trajetória aponta para uma diminuição gradual da priorização orçamentária desses serviços, o que pode ter implicações diretas na qualidade de vida da população regional (Gráfico 2).

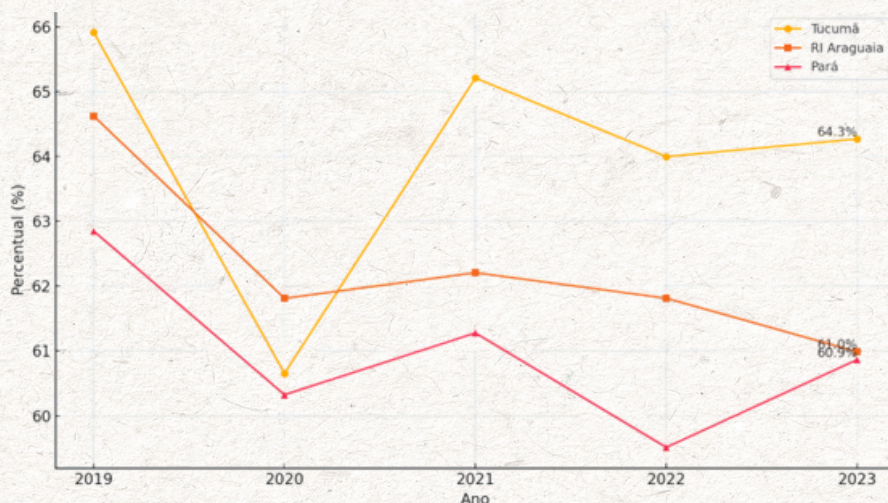
No estado do Pará, o comportamento foi de relativa estabilidade, mas com uma leve tendência de queda. Partindo de 62,9% em 2019, o percentual caiu para 60,2% em 2020 e, apesar de uma recuperação em 2021 (61,2%), voltou a declinar para 59,3% em 2022. Em 2023, houve uma recuperação para 60,9%, demonstrando esforços de ajuste fiscal e reequilíbrio das contas públicas, embora o patamar ainda seja inferior ao início da série histórica. Isso reforça a necessidade de políticas públicas mais consistentes para



garantir investimentos sustentáveis em serviços essenciais (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Tucumã, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou um comportamento bastante oscilante no período de 2019 a 2023. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 7,6%, mas sofreu uma queda expressiva em 2020, atingindo 5,2%. A partir de então, houve uma recuperação gradual: 7,7% em 2021 e 7,2% em 2022, culminando em uma elevação significativa para 10% em 2023, o maior valor da série histórica analisada, indicando possíveis desafios recentes nas condições de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Na Região de Integração (RI) Araguaia, o comportamento do indicador foi mais estável, oscilando em torno de 7%.

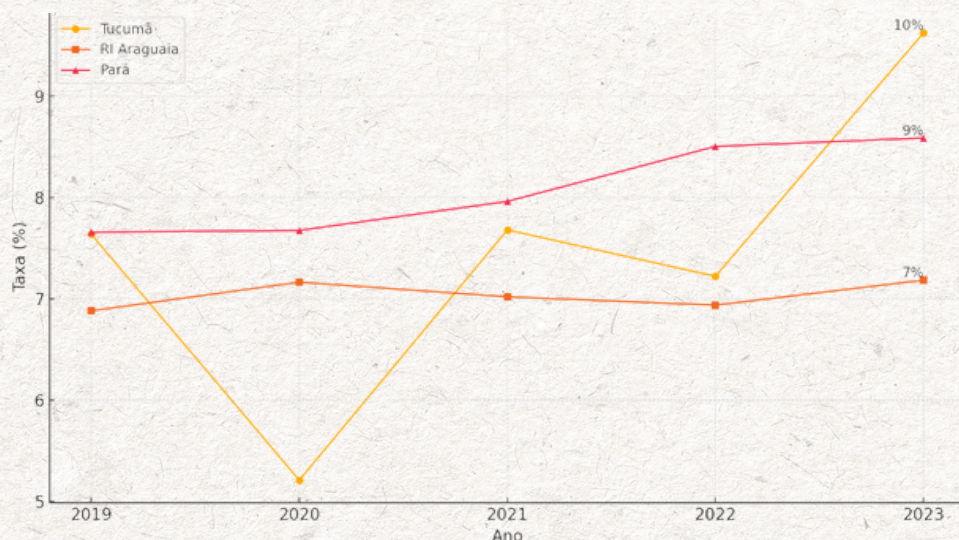
A taxa passou de 6,9% em 2019 para 7,2% em 2020, estabilizou-se em 7% em 2021, caiu levemente para 6,9% em 2022 e voltou a 7,0% em 2023. Esta estabilidade sugere uma manutenção das condições de saúde neonatal na região, sem grandes avanços ou retrocessos no período analisado, contrastando com a volatilidade observada no município de Tucumã (Gráfico 3).

No estado do Pará, a evolução da taxa seguiu uma tendência de leve crescimento ao longo dos anos. Partindo de 7,7% em 2019, a taxa manteve-se estável em 2020, mas aumentou para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e 9,0% em 2023.

Esse crescimento gradual pode refletir tanto melhorias nos registros e diagnósticos quanto possíveis agravamentos das condições socioeconômicas que impactam diretamente a saúde materna e neonatal, sendo um alerta para políticas públicas específicas nessa área (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

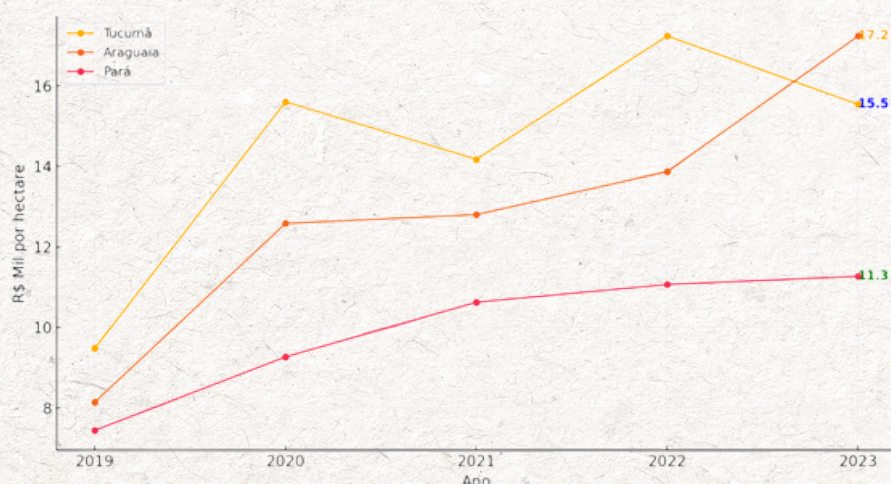
Em Tucumã, a produtividade agrícola apresentou crescimento expressivo ao longo do período analisado, apesar de oscilações. Em 2019, a produtividade era de R\$ 9,5 mil/hectare, saltando para R\$ 15,6 mil/hectare em 2020, uma expansão significativa. Após uma leve retração para R\$ 14,2 mil/hectare em 2021, houve nova alta para R\$ 17,3 mil/hectare em 2022, seguida por uma queda para R\$ 15,5 mil/hectare em 2023. Apesar da queda recente, o nível de produtividade em 2023 ainda permanece superior ao de 2019, indicando ganhos relevantes na produção agropecu-

ária local (Gráfico 4).

Na Região de Integração Araguaia, a trajetória foi de crescimento contínuo, com alguns pontos de inflexão. A produtividade saiu de R\$ 4,8 mil/hectare em 2019 para R\$ 6,0 mil / hectare em 2020, aumentando gradativamente para R\$ 8,1 mil/hectare em 2021, R\$ 13,9 mil/hectare em 2022 e, finalmente, alcançando R\$ 17,2 mil/hectare em 2023. Este comportamento consistente de alta indica avanços tecnológicos, melhorias no manejo agrícola ou maior valorização dos produtos agrícolas da região (Gráfico 4).

Já no estado do Pará, o crescimento da produtividade agrícola foi mais modesto. Em 2019, a produtividade era de R\$ 7,5 mil/hectare, subindo para R\$ 9,3 mil/hectare em 2020 e para R\$ 10,7 mil / hectare em 2021. Em 2022 e 2023, houve pequenos incrementos para R\$ 11,1 mil / hectare e R\$ 11,3 mil/hectare, respectivamente. Apesar do crescimento mais gradual, a tendência é positiva, o que demonstra um avanço, embora mais lento, em comparação com as dinâmicas de crescimento observadas em Tucumã e na RI Araguaia (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Tucumã, a taxa de mortalidade infantil mostrou grande oscilação ao longo do período. Partindo de 17,7 por mil nascidos vivos em 2019, houve uma queda acentuada em 2020, atingindo 11,3, o menor valor da série. Em 2021 e 2022, a taxa voltou a subir fortemente, chegando a 17,5 e 19,8, respectivamente, indicando agravamento nas condições de saúde infantil. No entanto, em 2023, houve nova redução expressiva para 11,0 por mil nascidos vivos, um resultado positivo e que recoloca o município em um patamar baixo de mortalidade infantil, similar ao registrado em 2020 (Gráfico 5).

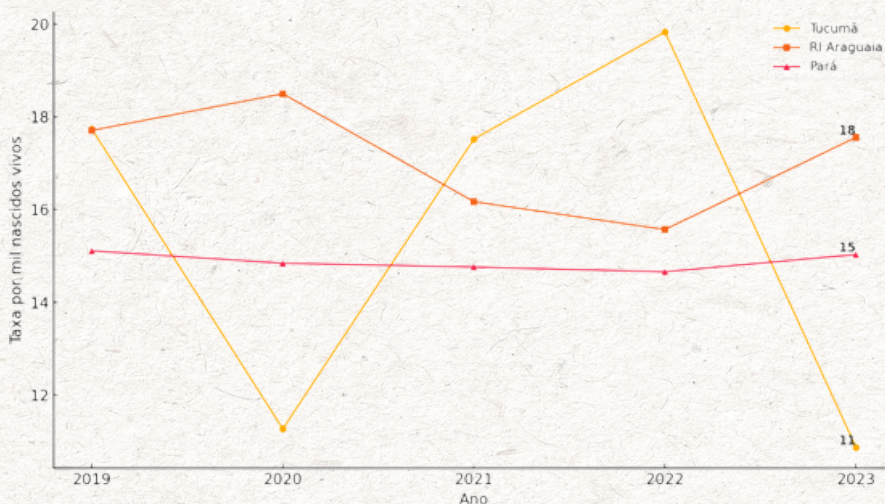
Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi menos volátil, mas ainda com variações importantes. A taxa era de 17,8 em 2019, subindo para 18,5 em 2020, o que demonstra um impacto adverso nesse ano. A partir de então, houve uma queda gradual para 16,2 em 2021 e 15,6 em 2022, com novo aumento para 18,0 em 2023. Essa trajetória revela oscilações ligadas possivelmente à instabilidade na cobertura e qualidade dos serviços de saúde materno-infantil ao longo do tempo (Gráfico 5).





No estado do Pará como um todo, o comportamento foi de maior estabilidade, com ligeira tendência de queda entre 2019 e 2022, saindo de 15,1 para 14,7 mortes por mil nascidos vivos. Em 2023, no entanto, o indicador voltou ao patamar de 15,0, demonstrando certa resiliência, mas ainda revelando desafios na redução sustentável da mortalidade infantil no estado, exigindo políticas contínuas de atenção à saúde básica e neonatal (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

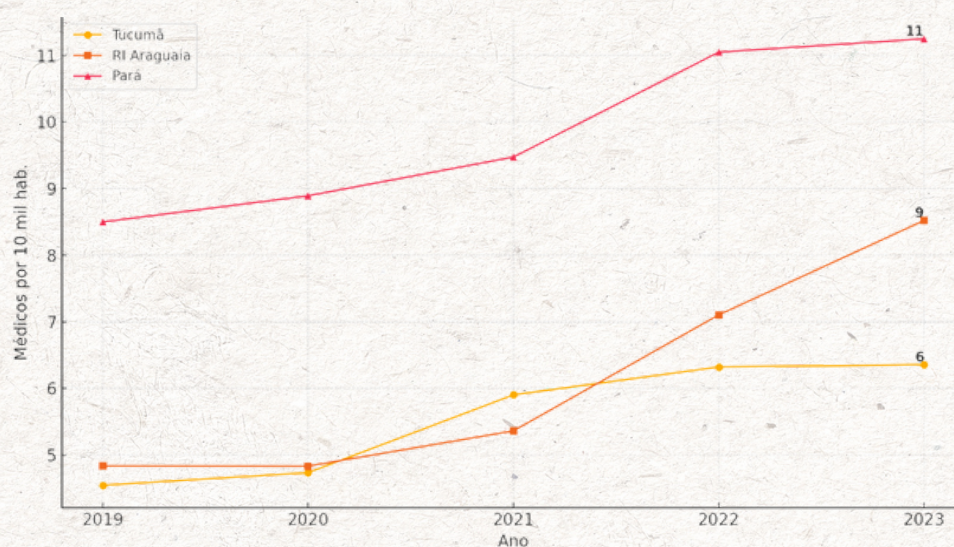
No município de Tucumã, observou-se um crescimento contínuo, porém moderado, no número de médicos por 10 mil habitantes. Em 2019, o índice era de 4,5 médicos, passando para 4,7 em 2020, 5,9 em 2021 e 6,3 em 2022, estabilizando-se em 6,3 novamente em 2023. Esse avanço indica esforços locais para ampliar o acesso à assistência médica, embora o número ainda permaneça abaixo do observado em regiões mais desenvolvidas, sugerindo a necessidade de continuar investindo na atração e fixação de profis-

sionais de saúde (Gráfico 6).

Na Região de Integração Araguaia, a evolução foi mais acentuada, partindo de 4,8 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 9,0 em 2023. Este crescimento expressivo ao longo do período reflete iniciativas regionais mais fortes de fortalecimento da rede de saúde, o que, a longo prazo, pode gerar impactos positivos em indicadores de saúde pública, como mortalidade infantil e morbidades evitáveis (Gráfico 6).

No estado do Pará, a evolução foi constante, com o número de médicos crescendo de 8,5 em 2019 para 11,2 em 2023. Esse incremento contínuo demonstra a ampliação da capacidade assistencial no estado, embora persistam desigualdades internas entre regiões mais urbanizadas e áreas rurais ou de difícil acesso. De qualquer forma, o crescimento sustentado do número de médicos é um sinal positivo para o fortalecimento do sistema de saúde paraense (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

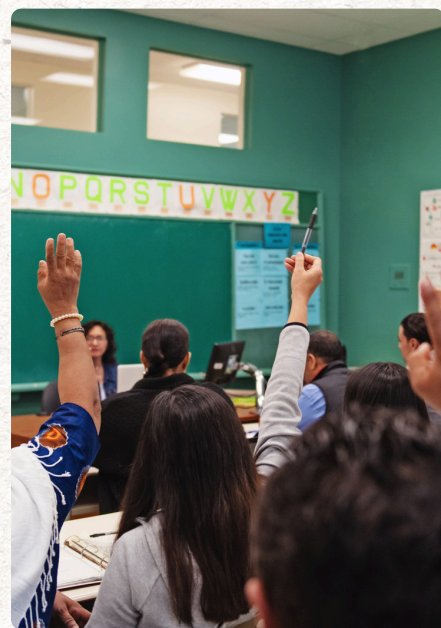
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Tucumã, o número de vagas no ensino público por mil habitantes manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando em torno de 200 vagas, com um pequeno aumento em 2021 (204 vagas). Em 2022, houve uma redução para cerca de 200 vagas e, em 2023, observou-se uma queda mais acentuada, chegando a 181 vagas por mil habitantes. Essa retração no último ano pode indicar desafios na expansão da oferta educacional ou uma redução de matrículas, exigindo atenção para garantir o acesso contínuo à educação pública (Gráfico 7).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento entre 2021

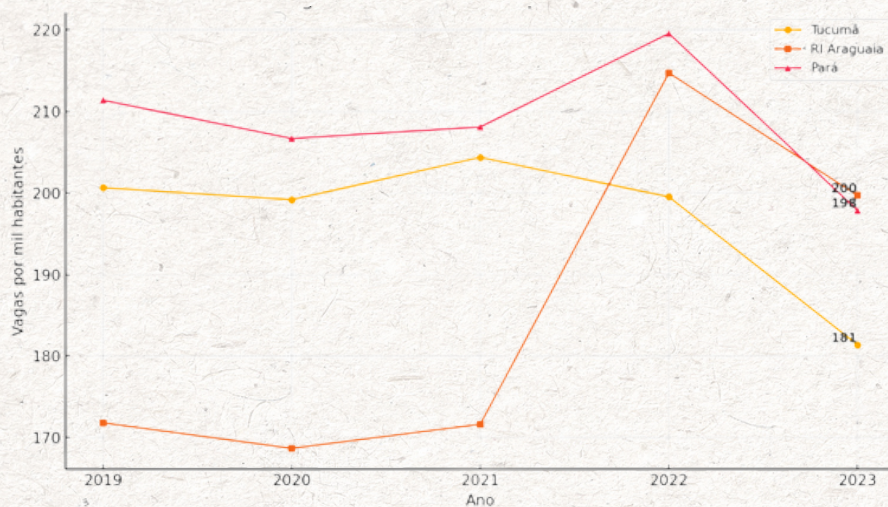
e 2022, saindo de 171 para 215 vagas por mil habitantes, seguido de uma queda expressiva em 2023 para 200 vagas. A expansão observada em 2022 pode ter sido motivada por políticas de ampliação de acesso escolar ou adaptações pós-pandemia, mas a queda posterior sugere a necessidade de ações estruturadas para manter o patamar de vagas de forma sustentável, evitando retrocessos (Gráfico 7).

No estado do Pará, o número de vagas também apresentou variações moderadas, com leve redução de 211 em 2019 para 207 em 2020, pequena recuperação para 208 em 2021 e um pico em 2022 (219 vagas), antes de cair para 198 vagas em 2023.



O padrão estadual reflete movimentos similares aos regionais e municipais, indicando uma dinâmica comum em que a expansão pontual da oferta educacional foi difícil de sustentar no pós-pandemia (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 181 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

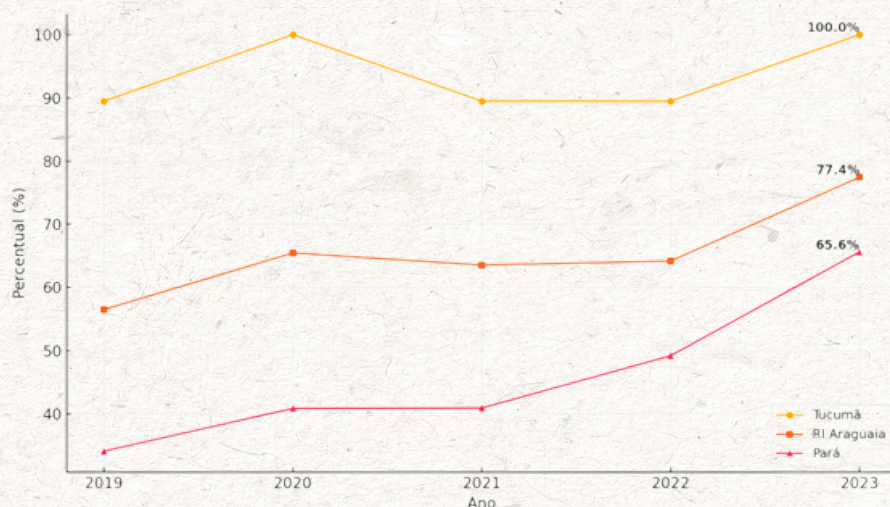
Em Tucumã, o percentual de escolas públicas com acesso à internet apresentou desempenho exemplar durante o período, partindo de um já elevado patamar de 90% em 2019, atingindo 100% em 2020. Houve uma leve oscilação em 2021 e 2022 (caindo para 90%), mas em 2023 a totalidade das escolas novamente possuía acesso. Esse cenário coloca o município em posição de destaque em inclusão digital no ambiente escolar, fator fundamental para a qualidade da educação contemporânea (Gráfico 8).

Na Região de Integração Araguaia, o percentual também evoluiu positivamente, embora de maneira mais gradual. Em 2019, 57% das escolas tinham acesso à internet, crescendo para 65% em 2020 e mantendo-se em patamares semelhantes em 2021 e 2022. Em 2023, houve um salto importante para 77,4%, evidenciando esforços consistentes para ampliar a infraestrutura digital nas unidades escolares da região, ainda que o percentual permaneça inferior ao de Tucumã. (Gráfico 8).

No estado do Pará, a trajetória

foi de crescimento contínuo, porém partindo de uma base muito baixa: apenas 34% das escolas tinham acesso à internet em 2019. Esse percentual aumentou para 41% em 2020 e 2021, subindo para 49% em 2022 e alcançando 65,6% em 2023. Apesar da melhora significativa ao longo dos anos, os dados mostram que ainda há um longo caminho para garantir acesso universal à internet nas escolas públicas paraenses (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



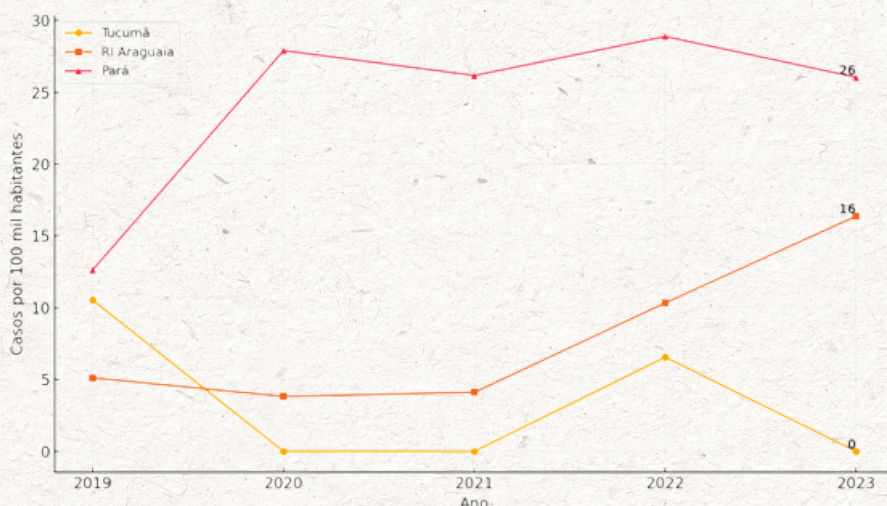
Em Tucumã, o indicador de violência contra a mulher por parceiros mostrou forte oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 10,5 casos por 100 mil habitantes, mas caiu para 0 em 2020 e 2021, o que pode indicar subnotificação de casos ou falhas nos registros. Em 2022, houve um aumento para 6,5 casos, sinalizando uma possível retomada na identificação e denúncia de ocorrências, seguido novamente por uma queda a 0 em 2023, o que sugere continuidade de problemas de registro ou variações abruptas na dinâmica da violência doméstica no município (Gráfico 9).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento do indicador foi de crescimento progressivo. Partindo de 5,1 casos em 2019, houve uma leve queda para 3,8 casos em 2020 e estabilização em 2021. A partir de 2022, observou-se aumento expressivo para 10,2 casos, atingindo 16,0 casos em 2023. Esta trajetória aponta para um agravamento do problema na região ou para um aumento na capacidade de notificação e acolhimento das vítimas (Gráfico 9).

No estado do Pará, o cenário foi de aumento e estabilização em patamares elevados. Em 2019, a taxa era de 12,8 casos, saltando para 27,9 em 2020, com leve queda para 26,4 em 2021 e novo aumento para 29,0 em 2022. Em 2023, houve redução para 26,0 casos, ainda assim um número elevado. Esses dados evidenciam a gravidade da violência doméstica no estado e a necessidade de políticas públicas robustas de prevenção, proteção e enfrentamento da violência contra a mulher (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

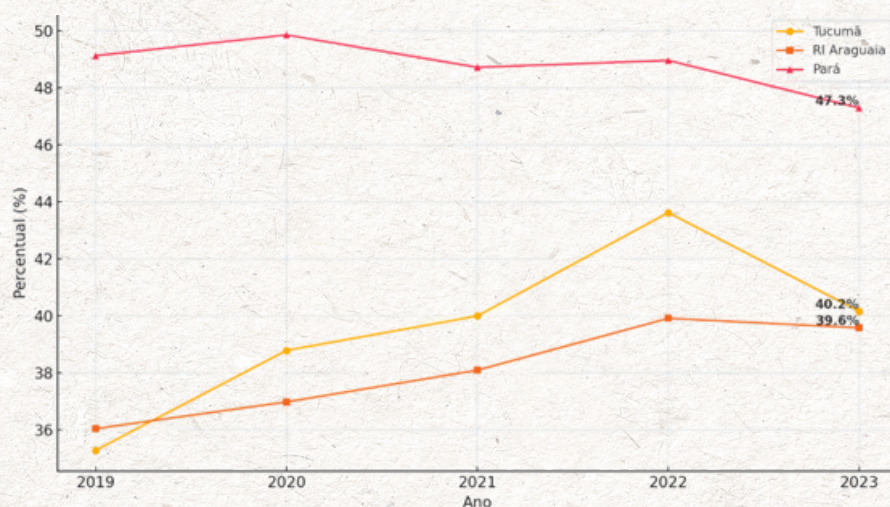
No município de Tucumã, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres cresceu de forma consistente de 2019 a 2022. Em 2019, o percentual era de 35,2%, subindo para 38,8% em 2020 e 40,0% em 2021, até atingir 43,7% em 2022, o pico da série histórica. Em 2023, houve uma leve queda para 40,2%, ainda acima dos níveis iniciais, indicando avanços na equidade de gênero nas posições de liderança, embora demandando esforços para evitar retrocessos (Gráfico 10).



Na Região de Integração Araguaia, também houve crescimento, mas de forma mais moderada. O percentual passou de 36,0% em 2019 para 37,0% em 2020, subindo para 38,0% em 2021 e atingindo 39,9% em 2022, com uma leve queda para 39,6% em 2023. A evolução positiva reflete a inserção progressiva das mulheres em espaços gerenciais, mas mostra que o ritmo de avanço ainda é lento e precisa ser acelerado para atingir patamares de paridade (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres permaneceu alto durante todo o período, começando em 49,0% em 2019, subindo para 49,8% em 2020 e caindo ligeiramente nos anos seguintes, fechando em 47,3% em 2023. Apesar da leve redução, o estado apresenta um quadro bastante equilibrado em termos de representação de gênero nos cargos de liderança, sendo um destaque positivo no contexto regional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

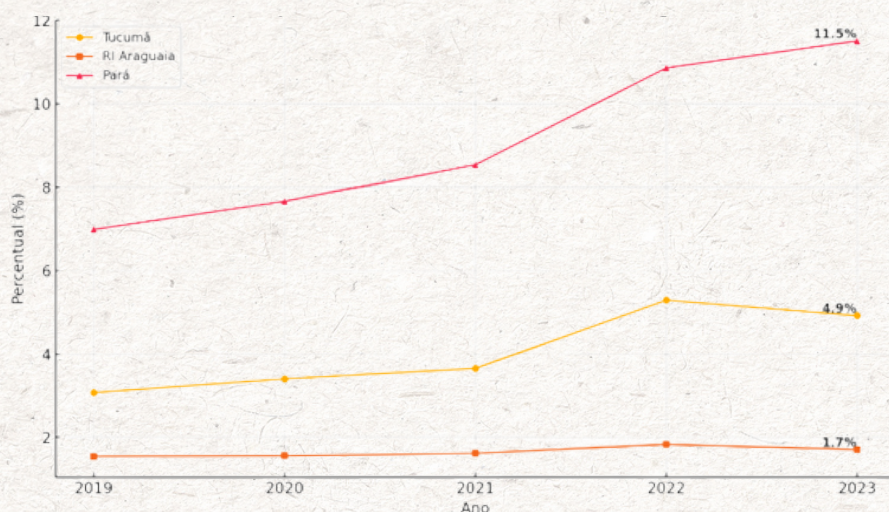
No município de Tucumã, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou crescimento constante de 2019 a 2022. Em 2019, apenas 3,1% da população de baixa renda tinha acesso, subindo para 3,4% em 2020, 3,6% em 2021 e atingindo 5,3% em 2022. Em 2023, houve uma pequena redução para 4,9%, o que, embora represente uma leve queda, ainda demonstra um avanço geral no período. Esses dados indicam esforços positivos na ampliação da infraestrutura de saneamento para as camadas mais vulneráveis, ainda que os níveis permaneçam bastante baixos (Gráfico 11).

Na Região de Integração Araguaia, o avanço foi mais tímido e praticamente estável. O percentual variou de 1,5% em 2019 e 2020 para 1,6% em 2021, com leve aumento para 1,8% em 2022 e pequeno recuo para 1,7% em 2023. Esses valores extremamente baixos revelam que o acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda na região ainda é um desafio estrutural, com melhorias pouco significativas ao longo dos anos (Gráfico 11).

No estado do Pará, o percentual apresentou crescimento expressivo no período. Em 2019, era de 7,0%, subindo para 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,7% em 2022 e atingindo 11,5% em 2023. Embora os índices absolutos ainda sejam relativamente baixos, o Pará demonstrou avanços significativos na ampliação da cobertura de coleta de esgoto para as populações de baixa renda, indicando a eficácia de políticas públicas de saneamento no estado (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Tucumã, o gasto municipal per capita com saneamento básico foi nulo durante todo o período de 2019 a 2023, indicando ausência de investimentos diretos da administração municipal na área. Este cenário é bastante preocupante, pois, sem aportes financeiros, torna-se praticamente inviável expandir ou melhorar a infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto, o que compromete a qualidade de vida, especialmente da população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de variações moderadas. Em 2019, o gasto era de R\$ 27,0 por habitante, subindo para R\$

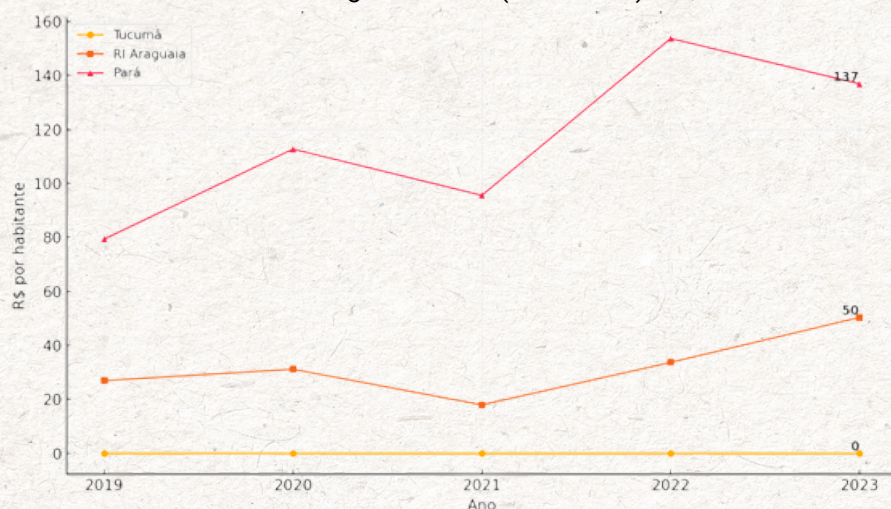
31,5 em 2020, caindo para R\$ 18,0 em 2021 e se recuperando para R\$ 33,2 em 2022, com forte crescimento para R\$ 50,0 em 2023. Esse aumento recente pode indicar um esforço mais concentrado da região em melhorar a infraestrutura de saneamento, embora o histórico de oscilações sugira uma falta de regularidade nos investimentos (Gráfico 12).

Já no estado do Pará, o gasto per capita foi mais elevado e apresentou crescimento mais robusto, ainda que com oscilações. Partindo de R\$ 79,5 em 2019, subiu para R\$ 113,4 em 2020, caiu para R\$ 95,5 em 2021, aumentou significativamente para R\$ 155,2

em 2022 e, em 2023, ficou em R\$ 137,2. Esses valores indicam que o estado, apesar das flutuações, tem dedicado recursos consideráveis ao saneamento básico, o que provavelmente contribuiu para os avanços observados na cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60 / Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Tucumã, o consumo de energia elétrica per capita apresentou uma trajetória inicialmente de queda, saindo de 1.422 kWh/hab. em 2019 para 1.175 kWh/hab. em 2020, provavelmente refletindo os efeitos econômicos da pandemia. A partir de 2021, o consumo voltou a crescer, atingindo 1.214 kWh/hab., com um pico em 2022 de 1.415 kWh/hab., e uma leve redução para 1.388 kWh/hab. em 2023.



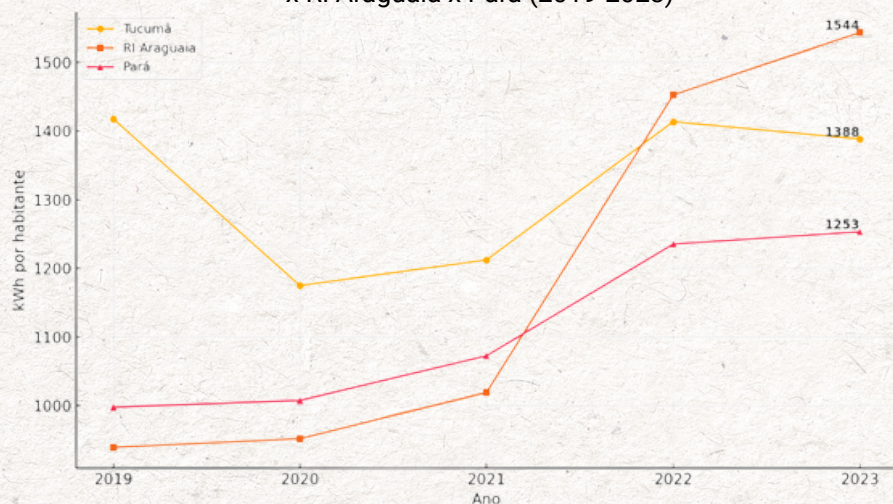
Apesar das oscilações, o município manteve um nível de consumo relativamente elevado no final do período, indicando recuperação da atividade econômica e acesso mais consistente à energia elétrica (Gráfico 13).

Na Região de Integração Araguaia, o consumo de energia elétrica per capita teve uma evolução significativa no período. Partindo de 930 kWh/hab. em 2019, o consumo aumentou gradativamente até 1.028 kWh/hab. em 2021 e deu um salto expressivo para 1.457 kWh/hab. em 2022, encerrando 2023 com 1.544 kWh/hab., o maior valor entre os níveis territoriais analisados. Esse crescimento robusto pode indicar expansão da atividade econô

econômica e melhoria na infraestrutura de distribuição de energia elétrica na região (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo de energia elétrica per capita também cresceu, mas de forma mais moderada. O valor passou de 994 kWh/hab. em 2019 para 1.009 kWh/hab. em 2020, 1.073 kWh/hab. em 2021, e então teve um salto maior para 1.235 kWh/hab. em 2022, terminando em 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento revela a tendência de maior acesso e utilização de energia no estado, ainda que os níveis absolutos permaneçam inferiores aos observados em Tucumã e, especialmente, na RI Araguaia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.388 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

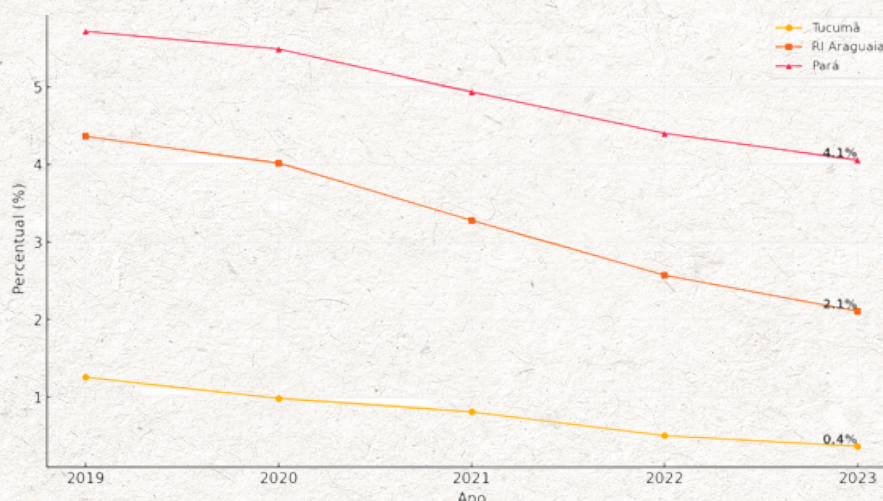
Em Tucumã, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil (como lâmpadas ou velas) caiu de forma contínua e significativa, de 1,3% em 2019 para 0,4% em 2023. Esta trajetória de queda constante demonstra avanços relevantes na universalização do acesso à energia elétrica, especialmente entre as populações mais vulneráveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social no município (Gráfico 14).

Na Região de Integração Araguaia, também se observou uma queda progressiva no percentual de domicílios com iluminação fóssil. Partindo de 4,4% em 2019, o índice reduziu para 4,0% em 2020, 3,0% em 2021, 2,6% em 2022 e, finalmente, 2,1% em 2023. Apesar da redução expressiva, o percentual ainda é superior ao de Tucumã, sugerindo que, embora haja avanços, ainda existem desafios na eliminação da precariedade no acesso à energia elétrica para as famílias de baixa renda na região (Gráfico 14).

No estado do Pará, o comportamento também foi de queda, mas partindo de patamares mais elevados. Em 2019, 5,7% dos domicílios de baixa renda usavam iluminação fóssil, percentual que foi reduzido para 5,5% em 2020, 4,9% em 2021, 4,4% em 2022 e 4,1% em 2023. A redução é consistente, mas lenta, mostrando que, em termos estaduais, a erradicação da iluminação precária ainda requer políticas públicas mais abrangentes e específicas para áreas isoladas e de difícil acesso (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

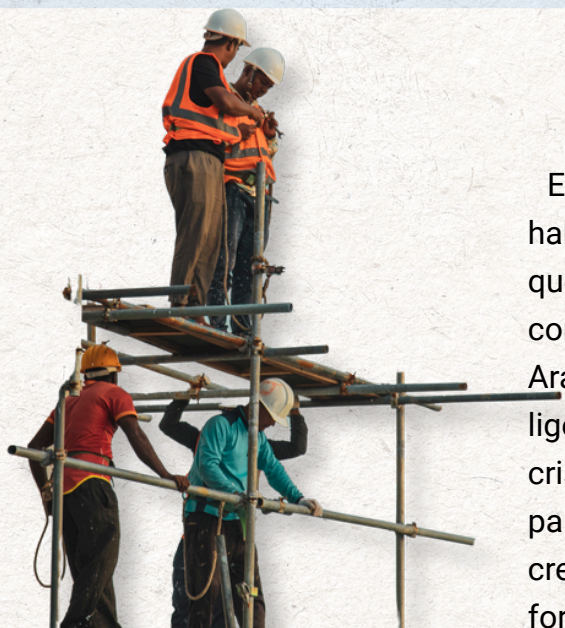
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



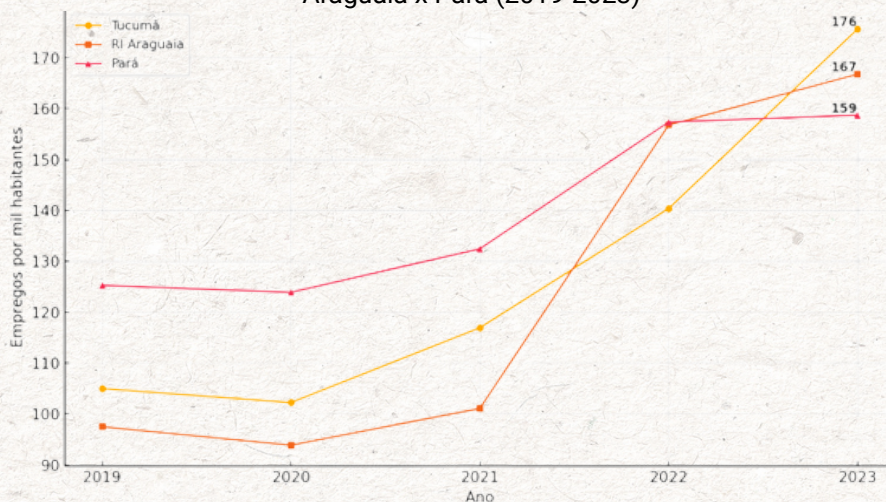
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2020, o número de empregos formais por mil habitantes no município de Tucumã apresentou uma leve queda, passando de cerca de 105 para 103 empregos, comportamento semelhante ao da Região de Integração Araguaia e do estado do Pará, que também registraram ligeiras reduções nesse período, refletindo os efeitos da crise econômica associada à pandemia de COVID-19. A partir de 2021, Tucumã iniciou uma trajetória de crescimento mais robusto, saltando para 117 empregos formais por mil habitantes, indicando uma recuperação do mercado de trabalho local (Gráfico 15).

Em 2022, esse movimento de crescimento se intensificou ainda mais, com Tucumã alcançando cerca de 140 empregos formais por mil habitantes, enquanto a Região Araguaia e o estado do Pará registraram aumentos ainda mais expressivos, atingindo aproximadamente 157 empregos formais, em um momento de retomada econômica generalizada. Vale destacar que, apesar do avanço em todos os territórios, a recuperação na RI Araguaia foi particularmente forte em 2022, ultrapassando tanto Tucumã quanto a média estadual (Gráfico 15).

Finalmente, em 2023, Tucumã consolidou sua expansão no mercado de trabalho formal, atingindo 176 empregos formais por mil habitantes, ultrapassando tanto a Região de Integração Araguaia (167) quanto o estado do Pará (159). Esse desempenho coloca o município em destaque regional, evidenciando políticas locais eficazes de estímulo ao emprego formal e uma possível ampliação de setores econômicos que demandam vínculos formais de trabalho, contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas locais (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 176 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

No município de Tucumã, o PIB per capita apresentou crescimento moderado entre 2018 e 2021, passando de cerca de R\$ 20.000 para aproximadamente R\$ 24.200. Esse avanço inicial refletiu um crescimento econômico estável, porém menos dinâmico em comparação ao observado em outras regiões. Em 2022, Tucumã manteve o ritmo de expansão, atingindo R\$ 25.360, mas acabou sendo superado pela Região de Integração Araguaia e pelo estado do Pará, que registraram incrementos mais expressivos no período (Gráfico 16).



Na Região de Integração Araguaia, o PIB per capita cresceu de forma consistente e acelerada, saindo de R\$ 16.800 em 2018 para R\$ 19.800 em 2020 e, posteriormente, avançando fortemente para R\$ 24.200 em 2021 e R\$ 31.830 em 2022.

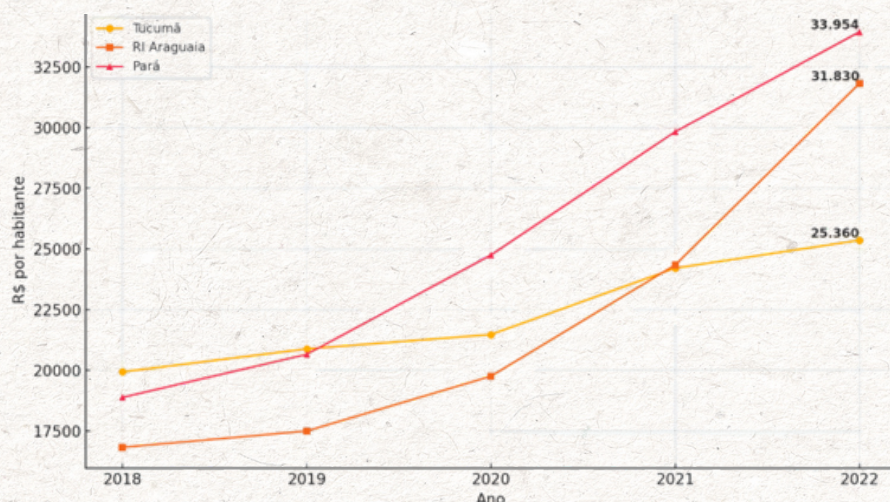
O destaque foi o crescimento intenso de 2021 para 2022, possivelmente impulsionado pela valorização de setores econômicos estratégicos da região, como o agronegócio e a mineração, que favoreceram a renda média dos habitantes (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou uma trajetória robusta e contínua de aumento no PIB per capita. De R\$ 19.000 em 2018, o estado saltou para cerca de R\$ 24.700 em 2020, alcançando R\$ 29.800 em 2021 e R\$ 33.954 em 2022.



Esse desempenho reflete a forte expansão das atividades industriais e extrativistas no estado, que impulsionaram o crescimento da renda média estadual de forma consistente e mais acelerada em comparação ao município de Tucumã (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 25.360/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



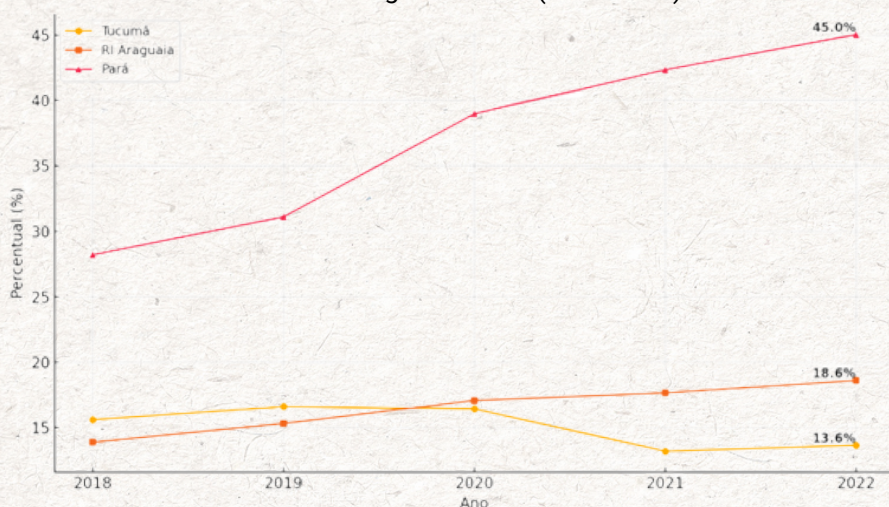
Em Tucumã, o percentual do valor adicionado da indústria em relação ao PIB oscilou discretamente entre 2018 e 2020, variando de 15,5% para 16,6%, antes de cair para 13,2% em 2021. Em 2022, houve uma leve recuperação para 13,6%. Essa trajetória indica uma perda relativa de participação da atividade industrial na composição da economia local, possivelmente em razão do crescimento mais expressivo de outros setores, como comércio ou serviços (Gráfico 17).

Na Região de Integração Araguaia, o valor adicionado da indústria ao PIB evoluiu de maneira contínua e positiva. Partindo de 13,8% em 2018, o indicador cresceu para 15,2% em 2019, alcançando 17,3% em 2021 e 18,6% em 2022. Essa tendência de alta revela uma ampliação da relevância da indústria na economia regional, o que pode ser resultado de investimentos em agroindústrias, mineração ou outros setores industriais emergentes na região (Gráfico 17).

Já no estado do Pará, o valor adicionado da indústria teve uma expansão impressionante, saindo de 28,4% em 2018 para 31,0% em 2019 e, posteriormente, atingindo 39,1% em 2020, 42,5% em 2021 e 45,0% em 2022. Esse crescimento contínuo reflete o fortalecimento das atividades industriais, especialmente no setor extrativo mineral, consolidando a indústria como principal motor da economia paraense e responsável por impulsionar também os resultados positivos do PIB per capita no estado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Tucumã cresceu de forma expressiva, saltando de aproximadamente 9 para 13 profissionais. Este crescimento inicial indica investimentos ou incentivos locais para a formação e atração de profissionais qualificados nas áreas científicas. A tendência de alta se manteve em 2021, quando o indicador al-



cançou cerca de 19 profissionais, evidenciando uma intensificação da valorização da ciência e tecnologia no município (Gráfico 18).

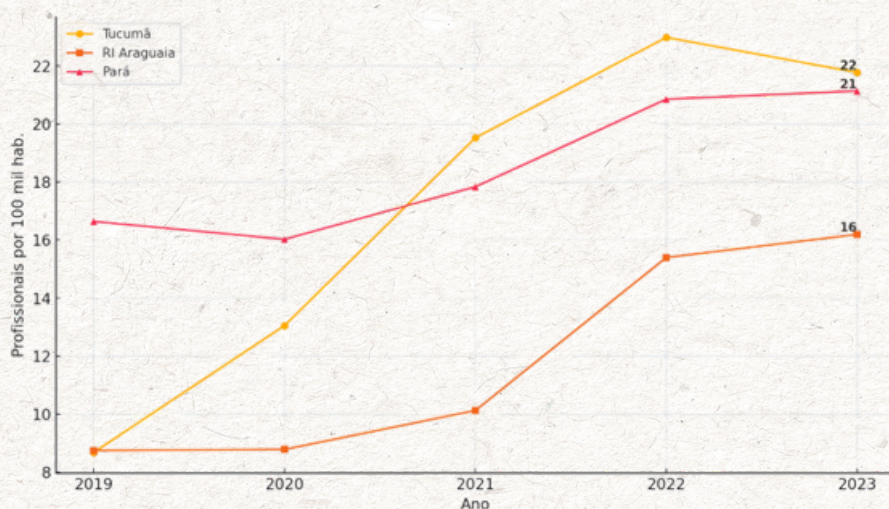
Em 2022, Tucumã atingiu o pico da série, com aproximadamente 23 profissionais da ciência por 100 mil habitantes, superando tanto a Região de

Integração Araguaia quanto o estado do Pará. Este desempenho sugere que o município consolidou políticas ou oportunidades de emprego voltadas a atividades científicas. Contudo, em 2023, houve uma leve redução para 22 profissionais, ainda mantendo Tucumã em um patamar elevado e destacando sua relevância no cenário regional em termos de capacitação científica (Gráfico 18).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi mais gradual: de cerca de 9 profissionais em 2019 para 16 em 2023. Já o estado do Pará teve uma trajetória de aumento contínuo, partindo de 17 profissionais em 2019 e chegan-



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB no município de Tucumã apresentou uma trajetória de queda, passando de aproximadamente 1,13% em 2019 para 1,03% em 2020 e recuando ainda mais para 0,99% em 2021. Esse comportamento reflete, provavelmente, os efeitos da pandemia de COVID-19, que impactaram negativamente o mercado de trabalho e reduziram a participação da renda formal no PIB municipal, acompanhando uma tendência observada em outras regiões (Gráfico 19).

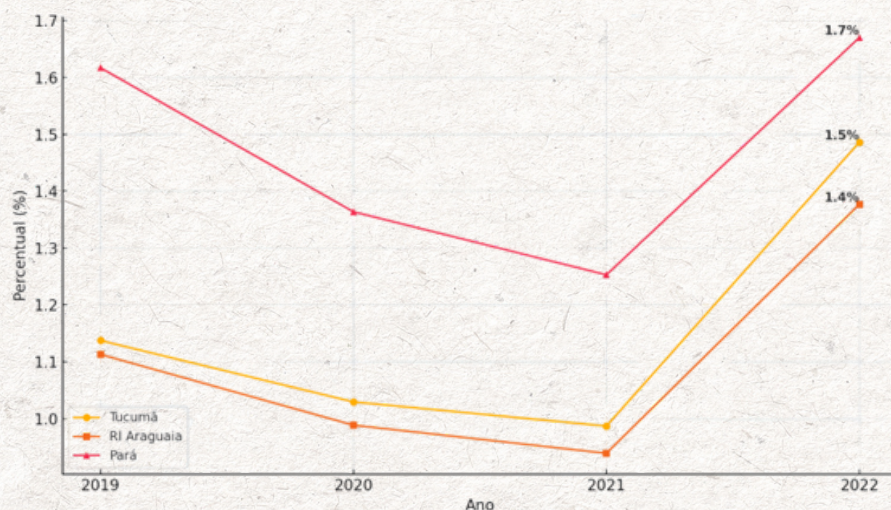
A partir de 2021, houve uma forte recuperação, com o per-

centual saltando para 1,5% em 2022, demonstrando um movimento de retomada econômica e de fortalecimento dos vínculos empregatícios formais no município. Esse crescimento acentuado pode estar relacionado à expansão de setores produtivos e ao aumento da formalização do trabalho, revertendo as perdas anteriores e contribuindo para uma maior participação da massa salarial formal na composição do PIB de Tucumã (Gráfico 19).

Na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, o comportamento foi similar: queda contínua de 2019 a 2021, seguida de forte recupe-

ração em 2022. Na RI Araguaia, o percentual passou de cerca de 1,11% em 2019 para 0,93% em 2021, e então subiu para 1,4% em 2022. No Pará, a redução foi de 1,61% em 2019 para 1,26% em 2021, com posterior crescimento para 1,7% em 2022. Essa dinâmica revela que a recuperação da importância da massa salarial formal frente ao PIB foi um movimento generalizado no estado e na região, impulsionado pela reativação econômica pós-pandemia (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

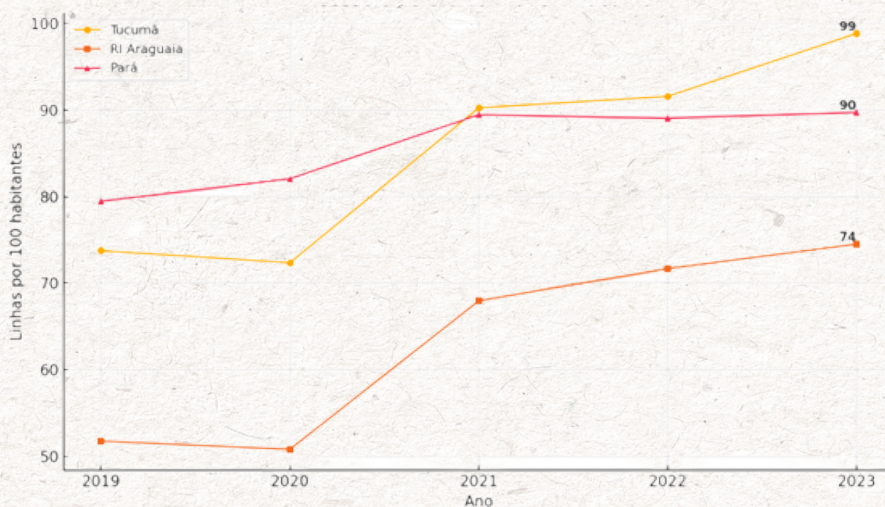
No município de Tucumã, o acesso à telefonia móvel manteve estabilidade entre 2019 e 2020, com uma leve queda de 74 para 72 linhas por 100 habitantes. A partir de 2021, o indicador apresentou crescimento expressivo, alcançando 90 linhas, e manteve a tendência positiva nos anos seguintes, atingindo 92 linhas em 2022 e 99 linhas em 2023, o maior valor da série histórica. Esse comportamento evidencia uma expansão significativa do acesso à telefonia móvel, consolidando Tucumã acima da média regional e estadual nesse aspecto (Gráfico 20).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi também positivo, mas menos acentuado em comparação a Tucumã. Partindo de 52 linhas por 100 habitantes em 2019, houve uma leve queda em 2020 (51 linhas), seguida de uma recuperação consistente nos anos seguintes, chegando a 74 linhas em 2023. Apesar do avanço, a RI Araguaia ainda mantém um patamar de acesso consideravelmente inferior ao observado em Tucumã e ao próprio estado do Pará (Gráfico 20).



Já no estado do Pará, o acesso à telefonia móvel foi mais estável, saindo de 79 linhas em 2019 para 82 em 2020, e atingindo 90 linhas por 100 habitantes em 2023, com uma evolução menos intensa. O crescimento foi constante, refletindo a ampliação dos serviços de telefonia no estado como um todo, ainda que o avanço tenha ocorrido de maneira mais gradual em comparação ao observado no município de Tucumã (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 99 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Tucumã, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou flutuações marcantes entre 2019 e 2023. Em 2019, o gasto era de aproximadamente R\$ 36 por habitante, crescendo para R\$ 41 em 2020, mas sofrendo uma queda expressiva para R\$ 26 em 2021. A partir de 2022, no entanto, houve uma recuperação intensa, saltando para R\$ 99 e atingindo um patamar elevado de R\$ 162 por habitante em 2023, o maior investimento no período entre os territórios analisados (Gráfico 21).

Na Região de Integração Araguaia, o padrão foi de crescimento mais linear. Partindo de R\$ 56 em 2019, a despesa aumentou para R\$ 77 em 2020, recuou levemente para R\$ 72 em 2021 e, posteriormente, cresceu para R\$ 127 em 2022 e R\$ 140 em 2023. Esses dados revelam que, embora o crescimento tenha sido significativo, o ritmo foi mais constante e menos volátil do que o verificado em Tucumã (Gráfico 21).

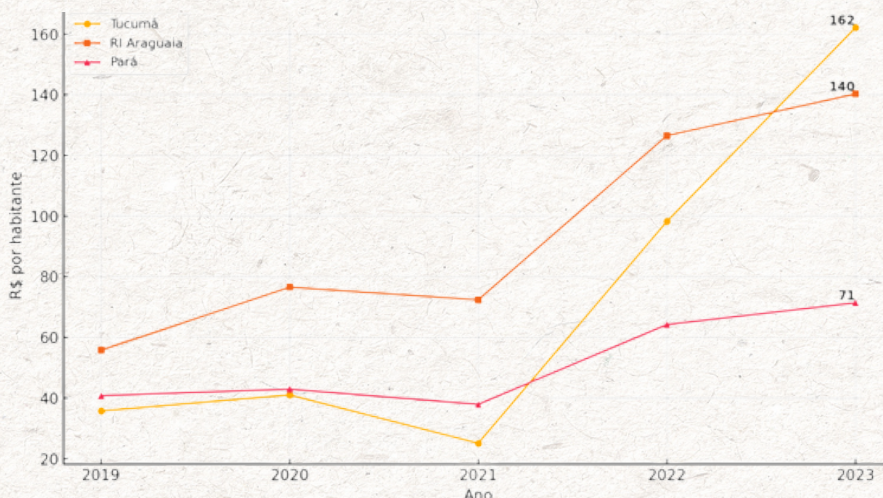
No estado do Pará, o comportamento da despesa pública foi mais moderado.

De R\$ 41 em 2019, houve uma pequena variação positiva até R\$ 44 em 2020, seguida por queda para R\$ 38 em 2021. Em 2022 e 2023, o estado registrou aumentos para R\$ 64 e R\$ 71, respectivamente. Embora a tendência final seja de alta, os valores per capita estaduais permanecem bem abaixo dos observados em Tucumã e na RI Araguaia, indicando menor prioridade relativa ou limitações orçamentárias específicas na destinação de recursos para cultura e meio ambiente (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 162/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada



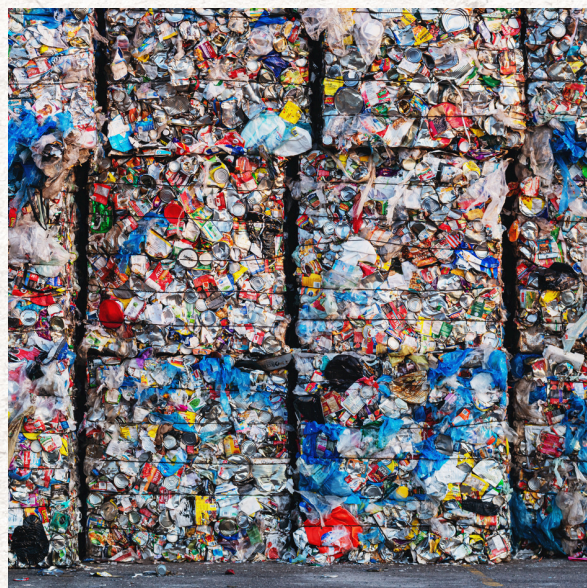
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

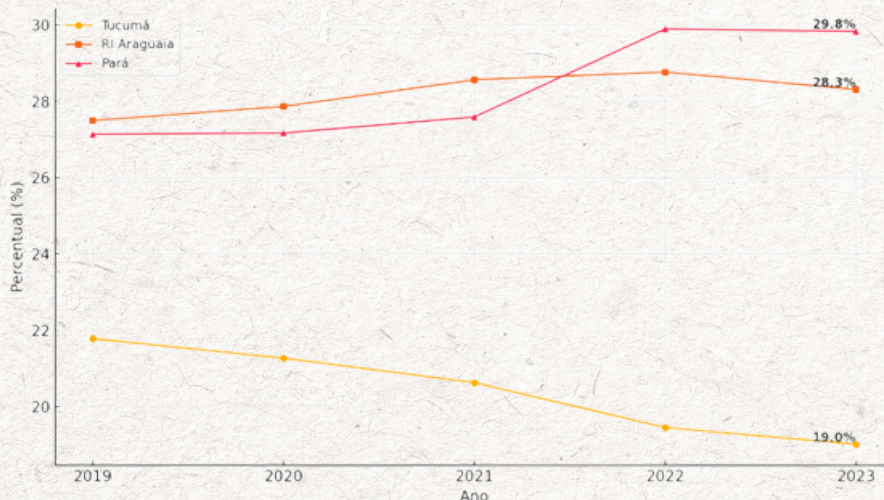
No município de Tucumã, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou uma trajetória de queda contínua no período de 2019 a 2023. O indicador partiu de aproximadamente 21,8% em 2019 e caiu para 21,3% em 2020, 20,6% em 2021, 19,3% em 2022 e, finalmente, 19,0% em 2023. Essa redução gradual indica uma melhoria no acesso a serviços de coleta de resíduos entre a população de baixa renda no município, embora ainda reste uma parcela significativa que precisa recorrer a métodos inadequados de descarte (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi diferente: houve uma ligeira elevação do percentual no período. Em 2019, o índice era de 27,6%, aumentando para 27,9% em 2020, 28,5% em 2021 e 28,8% em 2022, antes de recuar para 28,3% em 2023. Apesar da pequena queda recente, os níveis permaneceram altos, sugerindo que o problema do descarte inadequado de resíduos ainda é bastante persistente entre a população de baixa renda da região (Gráfico 22).

No estado do Pará, o indicador teve um leve aumento ao longo do tempo.

Em 2019, 27,2% das pessoas de baixa renda queimavam ou enterravam lixo, valor que se manteve praticamente estável em 2020, subindo para 27,6% em 2021 e alcançando 29,8% em 2022 e 2023. Este crescimento sinaliza que, em termos estaduais, houve pouca evolução no acesso adequado a serviços de coleta de lixo para as populações mais vulneráveis, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes nessa área (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

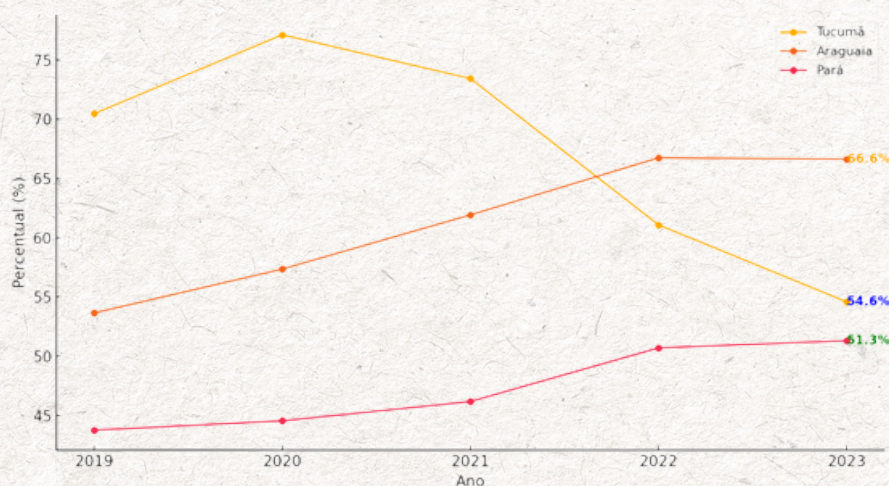
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Tucumã, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar começou elevado em 2019, com cerca de 70,7%, atingindo um pico de 77,2% em 2020. A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda: 73,5% em 2021, 61,0% em 2022 e 54,6% em 2023. Essa redução significativa nos últimos anos sugere avanços importantes nas condições sanitárias da população vulnerável, embora ainda mais da metade dessa população utilize sistemas de esgotamento precários, o que sinaliza a necessidade de políticas públicas contínuas e investimentos em saneamento básico (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, a tendência foi de crescimento até 2022. O percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar passou de 53,7% em 2019 para 57,5% em 2020 e 61,8% em 2021, alcançando 66,4% em 2022 e mantendo o patamar em 2023. Diferentemente de Tucumã, a RI Araguaia apresentou piora no indicador, indicando que, proporcionalmente, uma parcela cada vez maior da população de baixa renda depende de sistemas sanitários inadequados, o que reforça a necessidade urgente de expansão das redes de coleta e tratamento de esgoto (Gráfico 23).

Já no estado do Pará, a trajetória foi de crescimento mais moderado. O percentual saiu de 43,7% em 2019, avançou levemente para 44,3% em 2020 e 45,8% em 2021, com aumentos mais expressivos para 50,7% em 2022 e chegando a 51,3% em 2023. Embora a elevação tenha sido mais lenta que na RI Araguaia, os dados ainda mostram que metade da população de baixa renda no estado permanece com acesso apenas a fossas rudimentares, evidenciando que o desafio do saneamento básico é estrutural e demanda esforços contínuos e de grande escala (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,6% enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



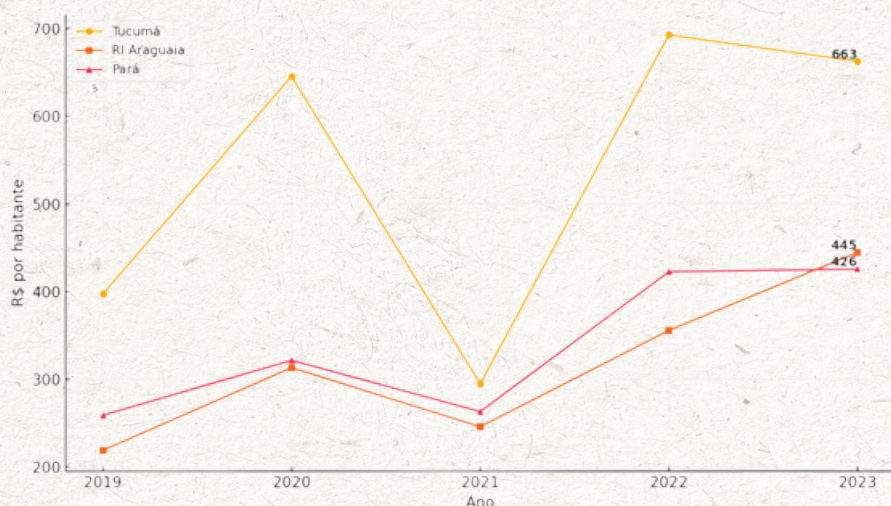
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Tucumã, o gasto per capita com prevenção de desastres apresentou forte variação entre 2019 e 2023. O indicador partiu de cerca de R\$ 400 em 2019, saltou expressivamente para R\$ 647 em 2020 e caiu para R\$ 293 em 2021. A partir daí, houve nova alta, atingindo o pico de R\$ 691 em 2022, seguido por uma leve redução para R\$ 663 em 2023. Esses movimentos mostram que, apesar das oscilações, Tucumã manteve um nível elevado de investimentos em prevenção de desastres, muito superior ao das demais regiões analisadas (Gráfico 24).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento mais moderado e estável. Em 2019, o gasto era de cerca de R\$ 220 por habitante, subindo para R\$ 312 em 2020, recuando para R\$ 249 em 2021, e crescendo posteriormente para R\$ 359 em 2022 e R\$ 445 em 2023. Embora inferior aos valores de Tucumã, a evolução positiva indica um esforço regional para fortalecer ações preventivas frente a desastres naturais ou acidentes ambientais (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos seguiram uma trajetória de crescimento mais linear. Partindo de R\$ 264 em 2019, os valores aumentaram para R\$ 320 em 2020, caíram para R\$ 267 em 2021 e voltaram a subir para R\$ 421 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 426. Apesar da evolução, o estado como um todo ainda investe valores per capita menores que Tucumã, indicando possíveis diferenças nas prioridades locais de gestão de riscos e prevenção de desastres (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 663/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Tucumã, a despesa per capita com preservação aquática foi muito baixa durante o período. O município registrou valores próximos de R\$ 0 em 2019, subindo discretamente para R\$ 15 em 2020 e retornando para valores próximos a zero nos anos seguintes, fechando 2023 com apenas R\$ 2 por habitante. Esse comportamento revela que a preservação de recursos aquáticos não tem sido uma prioridade significativa para a gestão pública municipal (Gráfico 25).

Na Região de Integração Araguaia, a evolução foi mais re-

levante, embora também tenha ocorrido forte oscilação. O gasto partiu de R\$ 28 em 2019 e disparou para R\$ 215 em 2020, indicando um ano atípico de altos investimentos. Contudo, em 2021 e 2022 os valores caíram drasticamente para R\$ 20 e R\$ 17, respectivamente, subindo novamente para R\$ 24 em 2023. Apesar da queda acentuada após 2020, os níveis de investimento em pre-

servação aquática na RI Araguaia ainda são superiores aos de Tucumã (Gráfico 25).

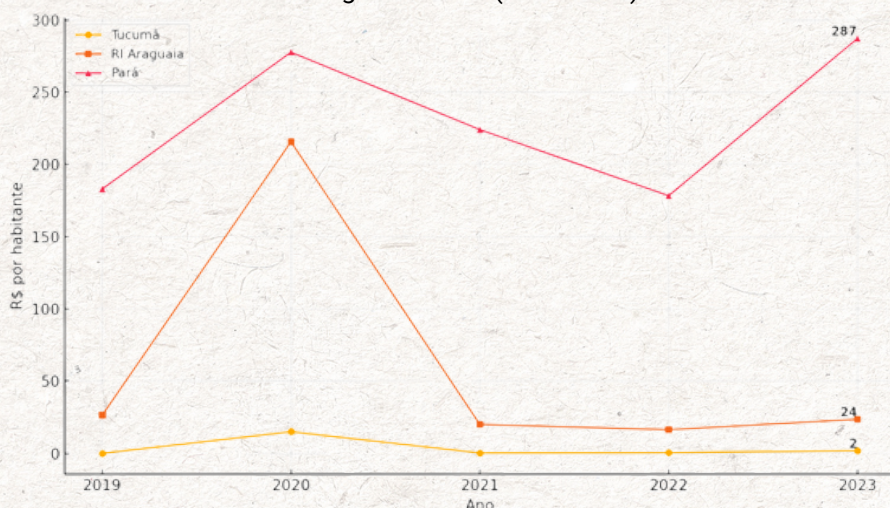
O estado do Pará apresentou um padrão de despesa mais consistente e elevado. Em 2019, o gasto era de R\$ 183 por habitante, subindo para R\$ 278 em 2020. Houve uma queda para R\$ 225 em 2021 e para R\$ 179 em 2022, mas uma forte recuperação em 2023, atingindo R\$ 287. Esses dados mostram que,





em nível estadual, a preservação dos recursos aquáticos tem recebido atenção relevante e investimentos consideráveis, especialmente nos anos mais recentes (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Tucumã, o percentual da área coberta por floresta em relação à área total manteve-se praticamente estável ao longo do período analisado, variando de 7,9% em 2019 para 7,8% em 2023. Esse patamar reduzido indica que o município já apresenta um nível muito baixo de cobertura florestal, sem grandes variações nos últimos anos, o que aponta para um cenário consolidado de forte alteração da cobertura vegetal original. A estabilidade, no entanto, não significa necessariamente avanço em preservação, mas sim a manutenção de uma situação crítica (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi diferente, com uma queda sig-

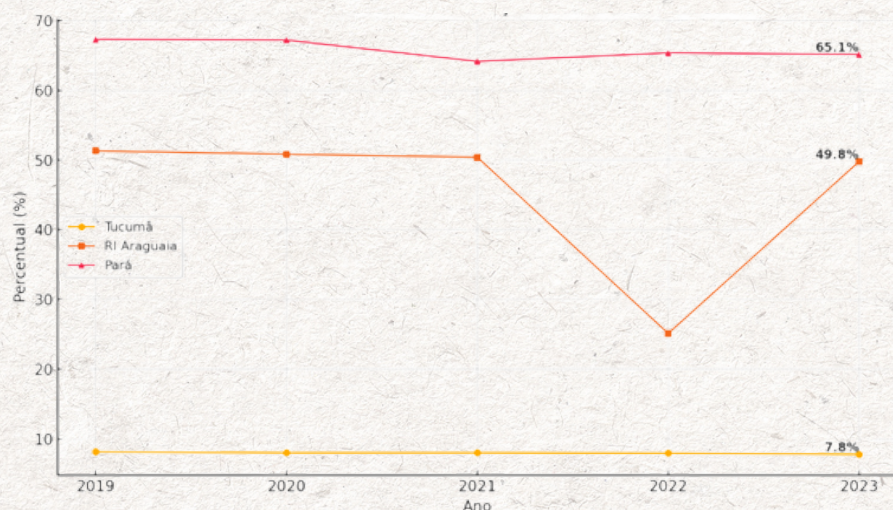
nificativa no percentual de área de floresta em 2022. A cobertura florestal manteve-se acima de 50% entre 2019 e 2021, mas sofreu forte redução para cerca de 25,5% em 2022, seguida de uma recuperação parcial para 49,8% em 2023. Essa oscilação intensa sugere a ocorrência de episódios críticos de desmatamento, talvez associados a pressões do agronegócio ou



de ocupações irregulares, seguidos de eventuais processos de reflorestamento ou reclassificação de área (Gráfico 26).

Já no estado do Pará, o percentual da área florestal permaneceu elevado e relativamente estável, variando de cerca de 67,7% em 2019 para 65,1% em 2023. Apesar dessa ligeira redução, o Pará continua apresentando uma das maiores proporções de cobertura florestal do Brasil, o que é coerente com a presença da Floresta Amazônica no território estadual. Mesmo assim, a tendência de leve queda reforça a preocupação com o desmatamento progressivo na região (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Tucumã, o percentual de área desmatada em relação à área total manteve-se extremamente elevado e estável no período de 2019 a 2023, girando em torno de 91,8%. Esse número altíssimo revela que praticamente toda a superfície do município já foi convertida para uso antrópico, como agricultura, pecuária ou áreas urbanas, demonstrando um dos graus mais avançados de desmatamento entre os territórios analisados (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, a área desmatada representava cerca de 38,7% da área total em 2019 e manteve-se estável até 2021.

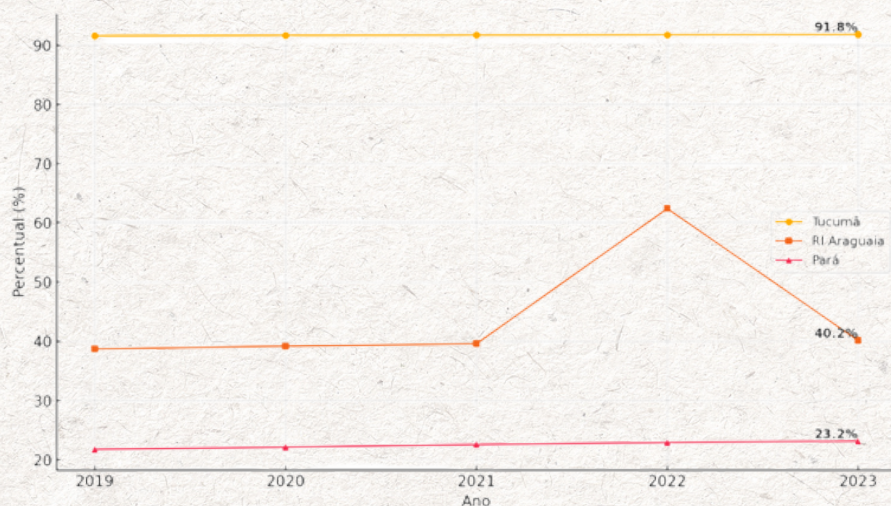
Em 2022, entretanto, houve um forte aumento para 62,0%, voltando a recuar para 40,2% em 2023. Esse comportamento abrupto de crescimento seguido de queda pode indicar reclassificações territoriais ou correções cadastrais, mas também levanta alertas para possíveis episódios intensos de pressão sobre a vegetação nativa da região (Gráfico 27).

Em relação ao estado do Pará, o percentual de área desmatada apresentou crescimento contínuo, mas a uma taxa muito mais moderada. Em 2019, o indicador estava em 21,4%, subindo progressivamente para 23,2% em 2023. Apesar de o percentual abso-

luto ainda ser muito menor que o de Tucumã, a tendência de crescimento, mesmo que lenta, demonstra a continuidade de processos de supressão florestal no estado, o que reforça a necessidade de políticas públicas de conservação mais rigorosas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

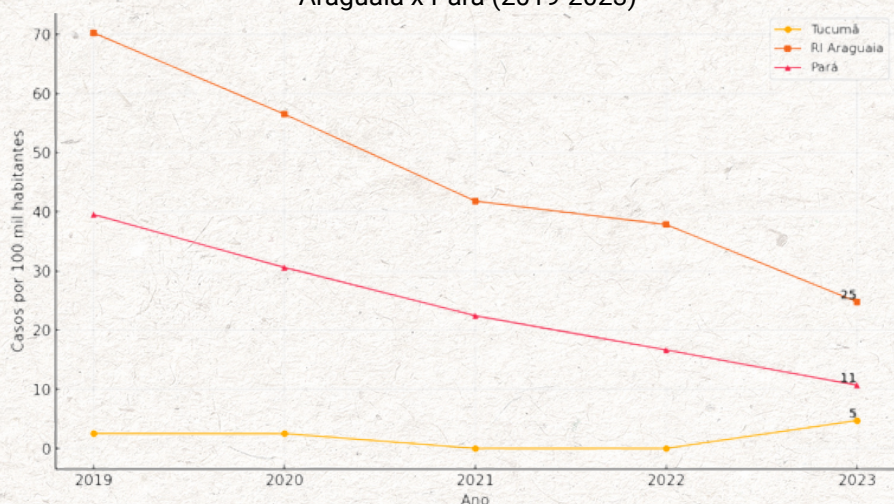
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Tucumã, a taxa de trabalho infantil por 100 mil habitantes manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2020, com cerca de 2,7 casos, e caiu para praticamente zero em 2021 e 2022. Em 2023, no entanto, houve um aumento para 5 casos por 100 mil habitantes. Apesar da melhora geral no período, o recente crescimento sinaliza a necessidade de atenção para evitar retrocessos no combate ao trabalho infantil na localidade (Gráfico 28).

Na Região de Integração Araguaia, a tendência foi de queda contínua. Em 2019, a taxa era de cerca de 70 casos por 100 mil habitantes, reduzindo-se para 57 em 2020, 42 em 2021 e 38 em 2022, chegando a 25 casos em 2023. A queda expressiva demonstra avanços importantes em políticas públicas e ações de enfrentamento ao trabalho infantil, ainda que os números permaneçam elevados em comparação a Tucumã (Gráfico 28).

No estado do Pará, o trabalho infantil também apresentou tendência de redução progressiva. Partindo de cerca de 40 casos por 100 mil habitantes em 2019, o indicador caiu para 31 em 2020, 22 em 2021, 17 em 2022 e, finalmente, 11 em 2023. Esse declínio constante sugere uma melhoria no enfrentamento do problema em nível estadual, embora a erradicação total ainda seja um desafio a ser perseguido (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

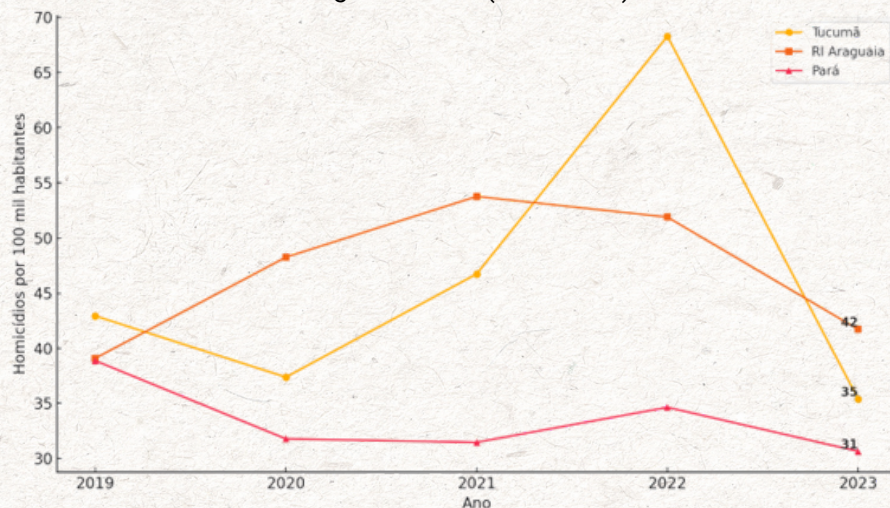
Em Tucumã, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou oscilações relevantes entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 43 homicídios, caindo para 37 em 2020 e subindo para 47 em 2021. Em 2022, ocorreu um forte aumento para 68 homicídios por 100 mil habitantes, o pico da série, seguido por uma queda expressiva para 35 em 2023. Essa volatilidade revela episódios críticos de violência em anos recentes, mas também mostra uma recuperação no último ano analisado (Gráfico 29).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi menos volátil, embora tenha apresentado níveis elevados. A taxa subiu de 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 para 48 em 2020 e 54 em 2021, recuando para 52 em 2022 e finalmente caindo para 42 em 2023. Mesmo com a queda recente, a violência ainda se mantém em patamares preocupantes na região (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa de homicídios apresentou comportamento de leve queda ao longo do período.

Em 2019, o índice era de 39 homicídios por 100 mil habitantes, caindo para 32 em 2020 e estabilizando-se em torno de 31 a 34 homicídios nos anos seguintes. Essa tendência de redução, embora lenta, é positiva e indica um progresso gradual no combate à violência letal no estado (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

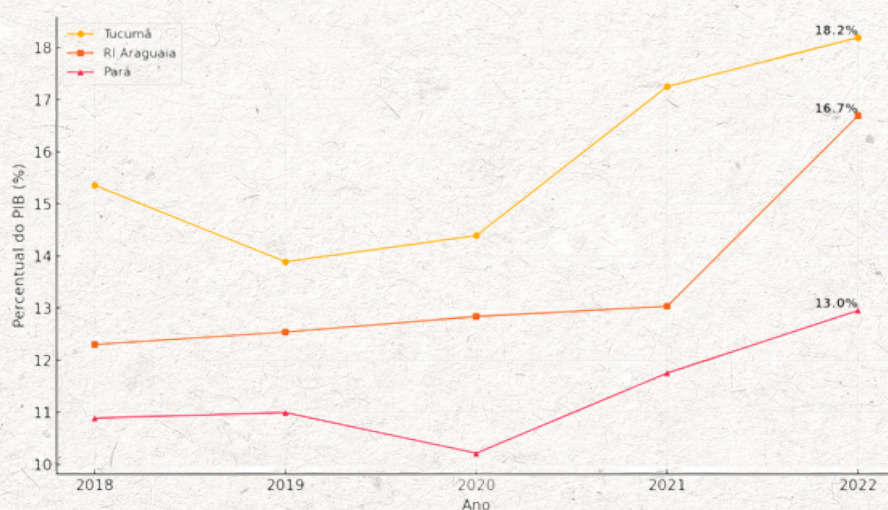
No município de Tucumã, o gasto público como percentual do PIB apresentou flutuações entre 2018 e 2022. Em 2018, o indicador estava em 15,4%, recuando para 13,9% em 2019, o menor valor da série. A partir de 2020, houve uma recuperação gradual, com destaque para os fortes crescimentos em 2021 (17,3%) e 2022 (18,2%), indicando que o município ampliou significativamente sua participação do gasto público em relação à economia local nos últimos anos (Gráfico 30).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento contínuo, porém mais gradual até 2021, com o percentual passando de 12,3% em 2018 para 13,0% em 2021. Em 2022, verificou-se uma aceleração expressiva, atingindo 16,7% do PIB, o que sugere um fortalecimento do gasto público regional, possivelmente associado a políticas de expansão de serviços ou investimentos públicos mais robustos no período recente (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, a evolução foi mais moderada e com menores variações em comparação a Tucumã e à RI Araguaia. O gasto público estadual variou de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022, com oscilações pontuais, como a leve queda em 2020 (10,3%). O crescimento mais forte a partir de 2021 pode refletir esforços de recuperação econômica pós-pandemia e um aumento da capacidade de investimento público no estado como um todo (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tucumã x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Tucumã, a taxa de acesso à banda larga fixa apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2023. O município saiu de 9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 13,2 em 2020, sofreu uma pequena queda para 11,8 em 2021, mas voltou a crescer de forma acentuada, atingindo 15,8 em 2022 e 16 pontos por 100 habitantes em 2023. Apesar da oscilação em 2021, o cenário geral indica uma expansão positiva do serviço de banda larga fixa, evidenciando avanços na infraestrutura de conectividade no município (Gráfico 31).

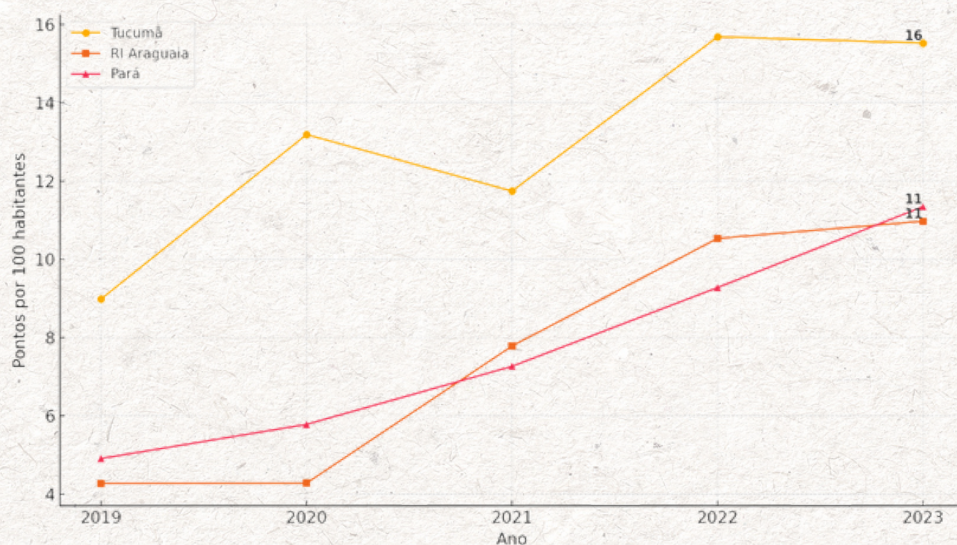
Na Região de Integração Araguaia, o comportamento também foi de crescimento, mas a partir de uma base mais baixa. A taxa manteve-se praticamente estável em torno de 4,2 pontos entre 2019 e 2020, subindo para 7,8 em 2021, 10,5 em 2022 e 11 pontos em 2023. O aumento mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, indicando possíveis investimentos ou políticas regionais que impulsionaram a ampliação do acesso à internet fixa (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o avanço foi igualmente

contínuo, partindo de 5 pontos por 100 habitantes em 2019 para 5,8 em 2020, 7,3 em 2021, 9,2 em 2022 e chegando a 11 pontos em 2023. Embora o crescimento tenha sido consistente, o estado ainda apresenta uma taxa de acesso inferior à observada em Tucumã, o que reforça a importância de políticas estaduais que ampliem a infraestrutura digital e reduzam as desigualdades regionais no acesso à internet (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



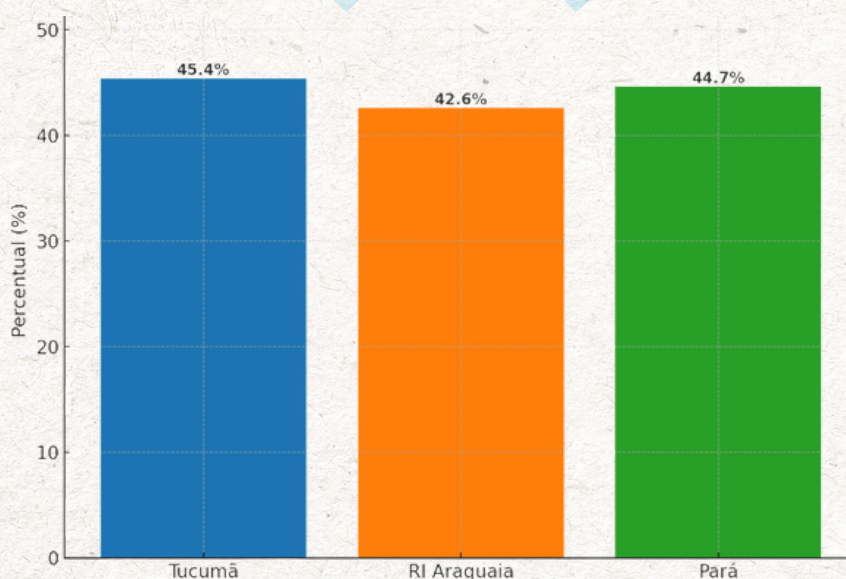
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Tucumã** registrou um IDS de **45,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tucumã x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



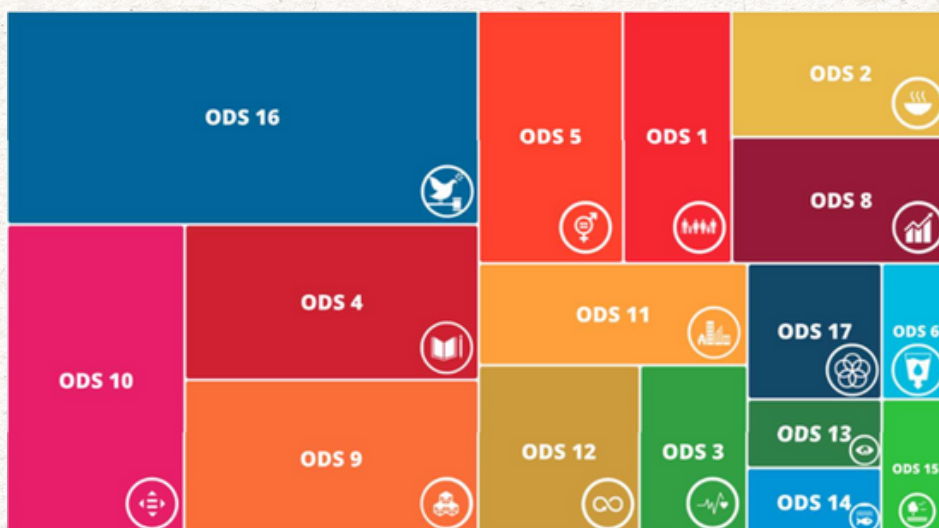
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

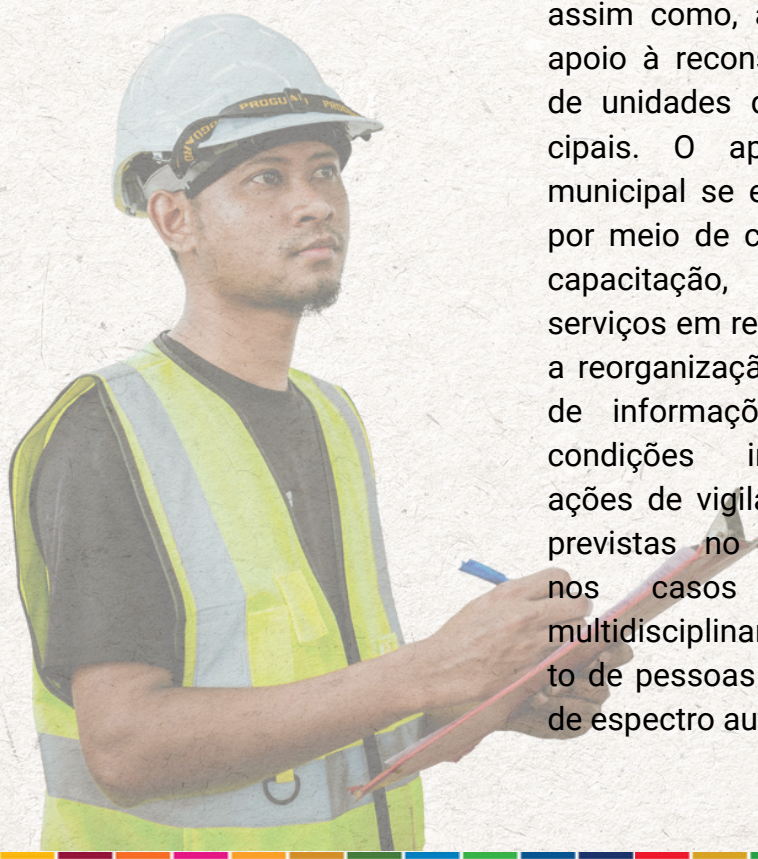


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

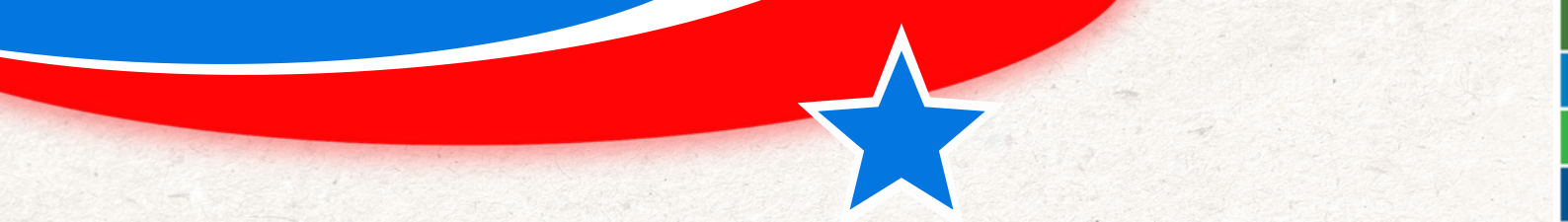
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

